

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062.2026.AC-69.PE.90038.SAD.SEMUL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2026

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através do Agente de Contratação **João Guilherme Rangel de Carvalho**, designado por meio do **Ato nº 3.279/2024**, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia **04/10/2024**, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao **Documento de Abertura do Processo Licitatório (Doc. SEI 79093700)** da **Secretaria da Mulher**, e com a respectiva autorização da Secretária da Mulher de Pernambuco, a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto Estadual nº 54.142/2022, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços **para promoção de eventos culturais, artísticos e institucionais, incluindo a distribuição de material informativo, como parte da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026, abrangendo a Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, além de cidades do Agreste e Sertão de Pernambuco, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).**

1.2. O objeto desta licitação será dividido em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 672.014,11 (seiscentos e setenta e dois mil quatorze reais e onze centavos)**, distribuído em **lotes**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Programa de trabalho: 14.422.0459.4229.0112;

Unidade Orçamentária – UO: 00125;

Unidade Gestora Controladora – UGC: 110700;

Unidade Gestora Executora – UGE: 110701;

Natureza da despesa: 3.3.90;

Fonte de Recurso: 0500.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme item **2.5. do Termo de Referência (Anexo I)**.

3.4.10 Pessoas físicas na presente licitação, conforme item **2.7. do Termo de Referência(Anexo I)**.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, conforme estipulado no item **2.5 do Termo de Referência (Anexo I)**.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do **pregão**.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema **COMPRAS.GOV**.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado **na folha de rosto anexa a este Edital**, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento

dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados **na folha de rosto anexa a este Edital**, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01%**.

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

9.9. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do **Pregão** será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço **www.gov.br/compras**, salvo na situação prevista no item 9.9.

9.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto-fechado**.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, encerrado esse prazo, o Agente de Contratação encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Após o transcurso de um período de tempo adicional de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.13. Encerrados os prazos da etapa aberta de lances de que trata o item 9.12, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor do melhor lance e os autores dos lances com variação de preço de até 10% (dez por cento) em relação àquele possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.14. Na oferta do lance fechado, as licitantes poderão optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar preço menor ou maior desconto.

9.15. Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nas condições de que trata o item 9.13, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.5. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.5.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.5.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.5.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.6. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.7. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.8. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.9. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.10. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.8. Com base no item 5.3.1. do Termo de Referência (anexo I), para os Lotes I, II, III e IV, Ato de autorização para o exercício da atividade de promoção de eventos culturais, artísticos e institucionais durante o durante os períodos de execução da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026, através de emissão do CADASTUR, pelo Ministério do Turismo, conforme art.30, §1º da Lei 11.771/08 art. 42 do Decreto no 7.381/2010. O cadastro junto ao Ministério do Turismo - CADASTUR não incidirá no serviço para o Lote V.

14.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/PE).

14.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

14.3.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.9. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.12. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.12.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.12.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.2.1. Para fins de comprovação dos Lotes I, II, III, IV, os atestados/certidões devem dizer respeito à prestação de serviços na realização de eventos.

14.4.2.2. Para fins de comprovação do Lote V, os atestados/certidões devem dizer respeito à prestação de serviços de Locação de veículos.

14.4.2.3. Para os Lotes I, II, III e IV, será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total de profissionais a serem contratados para a execução da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026:

- a) 30% Número de profissionais contratados para o Lote I (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 78.
- b) 30% Número de profissionais contratados para o Lote II (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 94.

c) 30% Número de profissionais contratados para o Lote III (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 161.

d) 30% Número de profissionais contratados para o Lote IV (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo de Referência), equivalente ao número de 139.

14.4.2.4. Para o Lote V, será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total de diárias a serem contratados para campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026.

a) 30% Número de diárias para o Lote V (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 33.

14.4.2.5. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 30% (trinta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote/item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item;

14.4.2.6. Para fins de aferição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.2.7. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.2.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.2.9. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

14.4.2.10. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.2.11. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração,

cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da licitação para o respectivo lote/item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item.

14.6. Documentos complementares

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor

emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação.

A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

14.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o

aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema PE-Integrado, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema **Compras.gov.br**.

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CONTRATO

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.

18.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **2 dias úteis**, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

18.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecida em cartório, com poderes que habilitem o mandatário a assinar o instrumento.

18.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

18.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 19.1.2.

18.4.1 Na hipótese do item 18.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

18.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

19.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual;

19.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

19.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

19.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

19.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

19.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

19.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nos itens 19.2.2 e 19.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 6.700,00 (seis mil, setecentos reais reais) e o máximo de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil, seiscentos reais reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 deste edital;

19.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 3.300,00 (três mil, trezentos reais reais) e máximo de R\$ 6.700,00 (seis mil, setecentos reais reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 19.1.2 e 19.1.3. deste edital;

19.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9 deste edital.

19.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

19.5.1. No cometimento da infração prevista no item 19.1.1: de 6 a 12 meses;

19.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens **19.1.2** e **19.1.3**: até 6 meses;

19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens **19.1.4**, **19.1.5**, **19.1.6**, **19.1.7**, **19.1.8** e **19.1.9**: de 03 a 6 anos;

19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens **19.5** e **19.6**. deverão ser observadas:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

19.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

19.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

19.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

19.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

19.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

19.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **pregão** constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

20.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema Pe-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

20.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

20.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

20.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

20.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

20.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

20.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no **Compras.gov.br** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

20.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos).
- d) Anexo IV – Modelo de Folha de Rosto

20.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

20.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, XX de XXXXXXX de XXXX.

João Guilherme Rangel de Carvalho

Agente de Contratação – AC 69

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (COM ANEXOS)

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 4400000044.004080/2025-34

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Contratação de serviços para promoção de eventos culturais, artísticos e institucionais, incluindo a distribuição de material informativo, como parte da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026. As ações, voltadas para a redução da violência em eventos com grandes aglomerações, ocorrerão durante campanhas de grande visibilidade no âmbito estadual e nacional, abrangendo a Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, além de cidades do Agreste e Sertão de Pernambuco, visando atender às necessidades da Secretaria da Mulher de Pernambuco, conforme condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.2 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão agrupados em cinco lotes e descritos conforme quadro constante no anexo C.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E- fisco/Termo de Referência e no CATSER, prevalecerá a descrição do E- fisco/Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A SecMulher-PE tem por finalidade e competência a formulação, coordenação, a articulação, o desenvolvimento e o monitoramento de políticas públicas para promover o empoderamento, a melhoria das condições de vida das mulheres e o enfrentamento à discriminação e violência contra os segmentos femininos.

2.1.2 A Campanha Tem que Respeitar, do Governo do Estado de Pernambuco, por meio da SecMulher, teve como objetivo reduzir o número de casos de violência contra as mulheres nos principais polos carnavalescos do Estado de Pernambuco, bem como disseminar a informação para que as mulheres saibam como acessar com mais agilidade a rede de prevenção, proteção e acolhimento.

2.1.3 Durante o Carnaval e o mês março de 2025, a Secretaria da Mulher de Pernambuco distribuiu cerca de 2.115.350 (dois milhões, cento e quinze mil, trezentos e cinquenta) materiais informativos (cartilhas, leques, adesivos e tatuagens) nos 184 municípios pernambucanos. Essa ação fez parte das campanhas de enfrentamento à violência contra as mulheres, embasadas na Lei estadual nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que determina datas voltadas para a pauta dos direitos das mulheres, reforçando a necessidade de iniciativas como as que se busca executar por meio do presente Termo de Referência.

2.1.4 Com o intuito de dar continuidade à campanha de distribuição de materiais informativos, por meio da educação e da sensibilização sobre os direitos das mulheres, a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE) propõe um novo planejamento de alcance nos municípios, ampliando a presença das ações em todo o território estadual.

2.1.5 A proposta é alinhar a estratégia de distribuição do material informativo e educativo à agenda cultural do Estado de Pernambuco, concentrando as ações nos períodos de Carnaval, no Mês da Mulher e nos festejos juninos, ao longo do ano de 2026. A iniciativa busca aproveitar momentos de intensa circulação de pessoas para ampliar o alcance das informações, garantindo uma comunicação acessível, estratégica e culturalmente conectada aos diferentes públicos.

2.1.6 A campanha seguirá no ano de 2026, com ações específicas durante o período carnavalesco, o Mês da Mulher, em março, e os festejos de São João. Além disso, o planejamento contempla a realização de ações integradas ao calendário cultural do Estado, reconhecendo esses períodos como momentos de grande mobilização social e intensa circulação de pessoas, somando-se aos esforços institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres e às desigualdades estruturais.

2.1.7 Essa iniciativa reafirma o compromisso da SecMulher-PE com a difusão de informações de forma descentralizada e acessível, integrando o enfrentamento à

violência de gênero com ações de formação cidadã, visibilidade institucional e articulação com a sociedade civil.

2.1.8 Para a concretização desse planejamento, o cálculo da contratação do pessoal responsável pelas campanhas foi realizado a partir da quantidade de munícipes em cada cidade, categorizando em 05 (cinco) níveis de população:

- a. Municípios com população até cinquenta mil habitantes;
- b. Municípios com população de cinquenta mil cem mil habitantes;
- c. Municípios com população de cem mil duzentos mil habitantes;
- d. Municípios com população de duzentos mil a trezentos mil habitantes;
- e. Municípios com população acima de trezentos mil habitantes.

2.1.9 Compreende-se que o oferecimento deste serviço, conforme descrito neste Termo de Referência é de fundamental importância para promover a segurança e o bem-estar das mulheres durante o período festivo, contribuindo para a prevenção de situações de violência e para o fortalecimento de um ambiente mais acolhedor, seguro e igualitário para todas.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 Os quantitativos previstos no presente Termo de Referência foram definidos a partir da necessidade de distribuição dos materiais de divulgação da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres, considerando o planejamento das ações a serem executadas durante o Carnaval, o Mês da Mulher e os festejos juninos do ano de 2026. Para viabilizar a distribuição desse quantitativo, foi estimado que 01 promotor distribua em 01 hora, aproximadamente 250 unidades de material impresso.

2.2.2 A experiência de distribuição do material informativo sobre os direitos das mulheres e os serviços da rede de enfrentamento à violência de gênero foi realizada com êxito nos 184 municípios de Pernambuco, alcançando aproximadamente 758 mil mulheres em diversas regiões do estado (considerando o quantitativo de cartilhas + leques), incluindo áreas urbanas, rurais e de difícil acesso. A ação teve como foco promover o acesso à informação de forma descentralizada, acessível e contínua, fortalecendo a autonomia das mulheres e o conhecimento sobre onde e como buscar ajuda.

2.2.3 Os quantitativos de materiais utilizados como referência para o dimensionamento da presente contratação encontram-se detalhados no Levantamento do Material de Campanha 2025 (Id. 79096090) e nas Planilhas de Quantitativos por Região e de Quilometragem (Ids. 79059046, 80462098, 79060266, 79060484 e 79261846) documentos que integram o processo e apresentam, de forma discriminada em planilhas, os volumes de materiais previstos por tipo de ação e por período, incluindo as campanhas realizadas nos municípios durante o Carnaval e o Mês da Mulher, bem como durante os festejos juninos, servindo de base técnica para a definição dos quantitativos ora previstos.

2.2.4 Diante dos resultados positivos, a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE) propõe a repetição e ampliação da iniciativa, alinhando-a a grandes mobilizações culturais e institucionais ao longo do ano, especialmente durante o período carnavalesco, o Mês da Mulher e os festejos de São João, no ano de 2026.

2.2.5 É importante destacar que o aumento dos registros de boletins de ocorrência por violência doméstica e familiar no estado em 2025 não deve ser interpretado apenas como um agravamento da violência, mas, sobretudo, como reflexo direto da ampliação do acesso à informação, da confiança nos serviços e do fortalecimento da rede de proteção. As mulheres estão mais conscientes sobre seus direitos e sobre os canais de acolhimento e denúncia, o que evidencia o impacto positivo das ações de sensibilização e educação promovidas pelo Governo do Estado.

2.2.6 Nesse sentido, para fins de cálculo dos quantitativos, entendemos que cada município irá receber no mínimo (01) uma ação, e para os kits lanches, água e camisas foi levado em consideração o número de promotores (1.338), coordenadores (212), Profissional de fotografia e vídeo (26), coordenadoras das ações da SecMulher-PE (424), em todos os dias de ações, conforme planilha anexa.

2.2.7 Para fins de cálculos do quantitativo das águas minerais foi levado em consideração a recomendação da Organização Mundial de Saúde, que presume o consumo médio de 02 litros de água potável por dia para adultos. Considerando o período de realização do serviço de entrega de materiais de 04 (quatro) horas, faz-se necessário hidratação adequada dos trabalhadores e trabalhadoras que representarão a SecMulher-PE nesses eventos, resultando 1 litro de água para cada trabalhador(a) por ação.

2.2.8 Nos dias das ações de campanha de enfrentamento à violência contra as mulheres, os promotores e coordenadores se dividirão em 184 (cento e oitenta e quatro) equipes. A definição da quantidade de pessoas por equipe e os locais de distribuição de materiais serão discriminados próximo às datas dos eventos, respeitados os critérios estabelecidos em contrato. O serviço de distribuição de material terá duração de 4 horas por dia, sem contar com o tempo de deslocamento, carregamento e organização do material.

2.2.9 Os serviços de locação de veículos administrativos, tipo van, com motorista é sob o regime de diárias e quilômetro rodado, dentro do Estado de Pernambuco, de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência. Conforme o Lote V, o serviço de locação de veículo para transporte administrativo de pessoas, tipo van, potência mínima de 140 CV, combustível diesel, transmissão manual, capacidade mínima para 16 pessoas, travas e vidros elétricos, janelas laterais, direção assistida, ar- condicionado, TV, rádio AM/FM com CD/MP3 player ou USB, com motorista, com combustível.

2.2.10 Para a contabilização das diárias, foram observadas as seguintes determinações:

- a) Considerar-se-á como diária o período de 24h contadas do horário de disponibilização do veículo;
- b) Nenhuma solicitação demandará menos de uma diária, independente da quantidade de horas de utilização efetiva do serviço;
- c) O número de diárias correspondente ao item I do Lote V foi calculado a partir da estimativa de viagens que serão realizadas para as ações.

2.2.11 Para atender às demandas referentes às diárias de vans e estimativa de quilometragem, foi utilizada como base a média das ações realizadas no mês de março de 2025, período em que houve intensa mobilização em todo o estado em virtude da agenda do Mês da Mulher. Essa referência permite uma projeção mais próxima da realidade quanto à logística necessária para atender às futuras atividades planejadas, considerando deslocamentos, volume de ações e abrangência territorial.

2.2.12 Nesse contexto, foram selecionados polos regionais (RMR, Caruaru e Petrolina) como base para estimar as distâncias médias, resultando no quantitativo total apresentado na planilha.

2.2.13 Para a contabilização do quilômetro rodado, foram observadas as seguintes determinações:

a) A estimativa de quilometragem foi calculada com base na previsão de saída a partir de três polos regionais estratégicos: Caruaru, atendendo às regiões do Agreste; Recife, atendendo à Região Metropolitana e às Zonas da Mata; e Petrolina, responsável pelos deslocamentos nos Sertões de Pernambuco. Considera-se que as empresas contratadas para a logística de transporte poderão utilizar essa referência de quilometragem máxima para saída e retorno dos veículos. Esse planejamento resultou em uma estimativa total de aproximadamente 37.851 km.

b) Para efeito de cálculo da quilometragem, será considerado como padrão o menor percurso viário disponível, com base em mapas oficiais e ferramentas de georreferenciamento, independentemente de variações de trânsito em tempo real.

c) Todos os trajetos realizados serão devidamente aferidos e validados pelo gestor do contrato, com base em relatórios de viagem, registros de deslocamento e ferramentas de consulta de rotas.

d) Eventuais alterações nos percursos previamente estabelecidos em cronograma serão justificadas e registradas no relatório final de cada viagem, de forma a garantir a transparência, o controle e a rastreabilidade das rotas executadas.

2.2.14 Os itens 1 e 2 do lote 5 correspondem a uma única contratação, sendo um item referente à diária pela disponibilização da van com motorista e o outro item referente a quilômetros eventualmente rodados, devendo o Contratante realizar o cálculo para aferição dos valores considerando o item 2.2.12 deste Termo de Referência.

2.2.15 A parcela fixa da remuneração devida à Contratada só será devida mediante a efetiva comprovação de que o veículo se locomoveu, devendo para tanto o fiscal do Contrato da SecMulher verificar as quilometragens iniciais das vans, bem como aprovar o percurso realizado pelo motorista.

2.2.16 Destacamos que os valores a serem pagos corresponderão exclusivamente às quilometragens efetivamente rodadas, mediante comprovação.

2.3 JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 Visando atender à necessidade pública da Secretaria da Mulher de Pernambuco em realizar campanhas de prevenção à violência contra as mulheres, mostra-se necessária a solução escolhida por meio da contratação, uma vez que, o organismo estadual não dispõe de quadro suficiente de colaboradores com disponibilidade para atender de forma integral a solução do objeto, assim como, não possui equipe técnica para essas funções, suprimentos necessários, logística para produção, distribuição e fornecimento dos materiais. Cabe destacar que as ações serão realizadas nos 184 municípios de Pernambuco, o que demanda uma grande quantidade de serviços setorizados, inclusive com ações simultâneas em um mesmo dia, o que demandará a estruturação da logística necessária. Diante o exposto a SecMulher-PE, decidiu contratar o serviço em questão, considerando que a solução selecionada é a que mais favorece a concorrência. Essa escolha foi baseada em critérios de economicidade, eficácia, eficiência e práticas de mercado.

2.4 JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO OU NÃO CONTRATAÇÃO

2.4.1 Neste caso em concreto, em virtude da natureza do serviço a ser contratada, a opção pelo agrupamento dos itens em lotes separados é a mais vantajosa para a Administração, uma vez que todas as facetas do serviço convergem para divisão dos lotes por região metropolitana de Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão de Pernambuco.

2.4.2 Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica, quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, conseqüentemente, promover o propício da maior vantajosidade para o Estado. Além disso, frise-se que não haverá perda de escala ao dividir a solução, pois se trata de diferentes regiões, podendo os serviços serem prestados por diversos fornecedores.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO EMPRESAS SOB FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1 De acordo com o art.15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto. Assim, não poderá participar desta licitação

consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente serviço. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que se trata de contratação comum para empresas atuantes neste mercado, sendo usual a participação de empresas que, em sua maioria, apresenta no mínimo exigido no tocante às qualificações técnica e econômico- financeira e demais condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o âmbito de possíveis licitantes.

2.5.2 Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6 DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1 É permitida a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art.16, da Lei nº 14.133/2021, na presente licitação.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1 É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a presente contratação exige estrutura mínima para a execução do objeto incompatível com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado nas especificações do objeto.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 Os serviços para a adequação às necessidades do objeto deve-se observar as seguintes características:

Do serviço de contratação de profissionais para a distribuição de materiais da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026.

- a. Os promotores, coordenadores e demais profissionais contratados receberão treinamento ministrado pela equipe da SecMulher-PE no formato remoto, até um dia antes do início das ações previstas, para repasse das orientações das ações;
- b. A empresa contratada será responsável pela logística do transporte das equipes ao local de encontro sede, a ser informado posteriormente, de acordo com a região do estado em que ocorrerão os eventos;
- c. Os profissionais contratados deverão definir com a empresa que os contratou, como chegarão ao endereço sede, conforme determinação prévia;
- d. As datas e horários de execução dos serviços serão determinados pela contratante, podendo ser no período da manhã, tarde ou noite, de segunda a domingo;
- e. As datas previstas nos anexos podem ser alteradas, a empresa será informada sobre as novas datas em até 03 (três) dias úteis antes das realizações das ações;
- f. A contratante fornecerá o fardamento (camisas, bonés e ecobags) para as equipes contratadas que irão atuar nas ações;
- g. A contratada fornecerá o traslado dos coordenadores e promotores do ponto de encontro no endereço da sede ao local onde serão realizadas as ações da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026 em cada município;
- h. Os coordenadores de cada equipe deverão receber orientações das coordenadoras da SecMulher-PE, para que possam liderar a separação dos itens das caixas para as ecobags (cartilhas, leques e etc.);
- i. Cada promotor deve separar uma quantidade de um único item dentro de suas respectivas ecobags;
- j. Os promotores não devem distribuir vários itens ao mesmo tempo para uma única pessoa;
- k. Os promotores que irão atuar nas campanhas deverão ser preferencialmente do gênero feminino;
- l. Os coordenadores serão responsáveis por alinhar informações com as coordenadoras da SecMulher-PE, liderar e gerenciar a equipe de promotores, a separação de material por promotor, o gerenciamento dos kits de lanche, da água mineral e a liderança no carregamento do material de apoio quando solicitado;
- m. Os promotores serão responsáveis pela distribuição do material de campanha das ações da SecMulher-PE, e demais atividades necessárias no momento das ações, durante a jornada de trabalho estabelecida;
- n. Ao final de cada ação diária, os promotores e coordenadores contratados deverão, obrigatoriamente, retirar o kit recebido pela SecMulher-PE, contendo blusa, boné e ecobag e entregar à empresa contratada, caso não seja a mesma equipe que fará a ação no dia seguinte;

- o. Fica terminantemente proibido os contratados utilizarem quaisquer dos itens mencionados na letra “m”, em momento diverso ao período em que estiver em serviço, sob pena de responsabilização da empresa contratada;
- p. As equipes contratadas deverão estar no ponto de partida com 30 minutos de antecedência, do horário estabelecido pela contratada para a chegada;
- q. A empresa contratada deverá enviar uma planilha para o e-mail: ewelin.cardoso@secmulher.pe.gov.br, para a Diretora de Enfrentamento à Violência de Gênero, contendo as seguintes informações: Nome completo, CPF, contato/celular de todos os colaboradores contratados com antecedência de uma semana aos eventos;
- r. Ao final das ações, a empresa contratada deverá, obrigatoriamente, devolver em até quinze dias posteriormente às ações, os kits contendo blusa, boné e ecobag, devidamente lavados e passados e entregar na sede da Secmulher-PE ou para as Coordenadoras Regionais, dependendo do local de realização das ações. O setor da SecMulhe-PE responsável pelo acompanhamento das ações da Diretoria de Enfrentamento à Violência de Gênero, representado por Ewelina Cristina de Albuquerque Cardoso, e-mail: ewelin.cardoso@secmulher.pe.gov.br.
- s. O tempo estimado de serviço de distribuição do quantitativo total de materiais nas ações da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026 é de 04 (quatro) horas por município/equipe. Contudo, nos casos de esgotamento desses tempo e o quantitativo total de material não seja finalizado, a equipe deve estender o serviço até que todo material destinado por equipe seja entregue à população.

Do serviço de entrega dos kits de lanche:

Kit lanche pronto, acondicionado em embalagem plástica, transparente, individual e descartável para viagem contendo:

- Um bolo;
- Um sanduíche;
- Um salgado de forno e uma bebida, ou seja, suco ou refrigerante.

a. Os kit lanche devem ser entregues em caixas de papelão, separadas de acordo com o quantitativo por equipe. Na parte externa, deve ser aplicado/colado um papel contendo as seguintes informações: o número da equipe, o nome “Kits Lanche”; a data referente ao número da equipe, a quantidade de kits por caixa, o município, o local da ação (exemplo: Rua da Aurora), conforme informações a serem repassa das com antecedência para a empresa contratada;

b. A contratada deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

c . As entregas dos kits deverão ser realizadas por dia, de acordo com informação prévia, nos endereços sede de cada região do estado de Pernambuco, aos cuidados das respectivas gestoras da SecMulher.

Do Serviço De Entrega De Água Mineral:

- a. Água Mineral Sem Gás, em garrafas de 500 ml, opções natural e geladas;
- b. Serão Fornecidos 1 litro de água por pessoas, ou seja, 2 garrafas de 500ml por pessoa;
- c . As águas minerais devem ser entregues no gelo, divididas em caixas térmicas ou caixas de isopor, com o quantitativo separado de acordo com o total de pessoas por equipe;
- d . Na parte externa de cada caixa, deve ser aplicado/colado um papel contendo as seguintes informações: o número da equipe; a data referente ao número da equipe, a quantidade de águas por caixa, o município, o local da ação (exemplo: Rua da Aurora);
- e . As entregas das águas minerais, para as campanhas, serão divididas em caixas térmicas ou caixas de isopor, como quantitativo separado de acordo com o total de pessoas por equipe, dia e data. As caixas térmicas devem ser entregues nos endereços das sedes de acordo com as regiões de realizações das ações (de acordo com os lotes);
- f. As entregas das águas minerais, para a campanha de março, serão divididas em caixas térmicas ou caixas de isopor, com o quantitativo separado de acordo com o total de pessoas por equipe, dia e data. As caixas térmicas devem ser entregues nos endereços dos municípios onde ocorrerão as ações. As informações relacionadas aos municípios da campanha de março estão no anexo B e serão repassadas a tempo pela Secretaria da Mulher.

Do Serviço De Locação De Veículos:

- a. Serviço de locação de veículo do tipo van, deverá ser disponibilizado para a campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026, com potência mínima de 140CV, com combustível diesel, transmissão manual, capacidade mínima para 16 pessoas, travas e vidros elétricos, rádio AM/FM com CD/MP3 player ou USB, ar condicionado,

janelas laterais, direção assistida, com motorista, com combustível. Os serviços de locação de veículo constantes nos itens do Lote V, cuja unidade de fornecimento será processada por diária e por quilômetro rodado.

b. O serviço de locação de van deverá cumprir os percursos e dias e horários de acordo com as informações a serem disponibilizadas previamente pela SecMulher-PE.

c. A SecMulher-PE deverá solicitar à empresa Contratada com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data/horário em que utilizará os veículos, período em que a empresa não poderá se negar a fornecer o objeto solicitado.

d. Deverá a empresa contratada enviar as seguintes informações até 04 (quatro) horas antes das ações: Modelo da van, placa, cor e cópia da CNH do motorista.

e. Deverá o condutor estar no ponto de partida com 30 minutos de antecedência do horário previsto a ser acordado com a SecMulher-PE, que indicará posteriormente os locais onde a van deverá aguardar as equipes ao finalizarem suas respectivas ações.

f. O tempo máximo de uso do veículo pela Secretaria da Mulher, será por diária, devendo os veículos serem devolvidos à empresa após tempo máximo de disponibilização nas mesmas condições em que foram entregues, devendo seu estado de conservação original no momento da entrega, ser mantido ao longo do uso.

g. Deve o motorista se responsabilizar por obedecer às regras dispostas junto ao Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal 9503/1997, devendo observar as normas de conduta, infrações e penalidades expressas em norma, não sendo de responsabilidade da Administração eventuais casos de violações e infrações a esta Lei.

h. Deverá a empresa fornecer automóveis que possuam sistema de rastreamento através de GPS, para fins de localização da equipe a prestar serviços à Secretaria da Mulher de Pernambuco.

i. Deve a empresa fornecedora atender às normas descritas no Programa de Controle da Poluição do ar por Veículos Automotores – PROCONVE e estar devidamente licenciada e com todos os equipamentos obrigatórios, segundo o Código de Trânsito Brasileiro.

j. Deverá a empresa fornecedor a respeitar a legislação específica e as disposições constantes nas convenções coletivas de trabalho em vigor para atender jornada de trabalho dos motoristas, conforme estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

k. Deverá a empresa fornecedora respeitar o tempo de antecedência para as solicitações de prestação de serviço com a finalidade de assegurar a execução eficiente e o pleno sucesso das atividades planejadas.

l. A empresa contratada deverá, na ocorrência de imprevistos que prejudiquem o transporte, a exemplo de pane no veículo, providenciar de imediato solução alternativa, a fim de assegurar o transporte dos colaboradores.

3.2 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.2.1 Os serviços serão prestados nos seguintes locais e horários conforme as datas previstas no item 3.2.6.

3.2.2 O início da execução contratual deve se dar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

3.2.3 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

3.2.4 A empresa contratada deverá enviar uma planilha para o e-mail: ewelin.cardoso@secmulher.pe.gov.br (Diretora de Enfrentamento à Violência de Gênero), contendo as seguintes informações: Nome completo, CPF, contato/celular de todos os colaboradores contratados com antecedência mínima de uma semana aos eventos;

3.2.5 Ao final das ações, a empresa contratada deverá, obrigatoriamente, devolver em até 15 (quinze) dias posteriormente às ações, os kits contendo blusa, boné ecobag, devidamente lavados e passados, que deverão ser entregues na sede da SecMulher- PE ou às Coordenadoras Regionais, dependendo do local de realização das ações. O setor da SecMulher responsável pelo acompanhamento das ações será a Diretora de Enfrentamento à Violência de Gênero, representado pela diretora Ewelín Cristina de Albuquerque Cardoso.

3.2.6 Horário da prestação de serviço: O tempo estimado de serviço de distribuição do quantitativo total de materiais de 04 (quatro) horas por município/equipe. Contudo, caso esses tempos se esgotem sem que todo o material seja entregue, a equipe deve estender o serviço até que todo material destinado por equipe seja entregue à população.

3.2.7 O Cronograma Estimativo de realização dos serviços está previsto para se dar conforme tabela abaixo:

CRONOGRAMA ESTIMATIVO– CARNAVAL, MARÇO E SÃO JOÃO 2026	
Carnaval	12 a 17 de fevereiro de 2026
Março	01 a 31 de março de 2026
São João	As ações podem ocorrer entre os dias 23 a 30 de junho de 2025

a) Considerando que a execução do objeto está condicionada à conclusão do processo administrativo de contratação, cujas etapas envolvem análises técnicas, jurídicas e o cumprimento de prazos legais, não sendo possível prever com exatidão a data de sua finalização, adotou-se, neste Termo de Referência, a definição de cronograma estimativo para a realização das ações. Tal medida visa assegurar a viabilidade da contratação e a adequada execução do objeto, especialmente diante da natureza das ações, que possuem janelas temporais específicas, sem prejuízo do planejamento, da competitividade do certame ou do atendimento ao interesse público.

3.2.8 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste Termo de Referência e alinhadas em reunião com a Contratante, promovendo sua substituição quando necessário.

3.2.9 O objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal do CONTRATO no prazo de 03 (três) dias, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório.

3.2.10 O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registra das na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados.

3.2.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução.

3.2.12 Condições gerais e específicas para a prestação do serviço:

a) Tendo em vista a possibilidade de subcontratação dos serviços de alimentação (kit lanche) e água mineral, a empresa na fase contratual deverá apresentar documentação comprobatória emitida pela Vigilância Sanitária, como atestados ou certificações, para os kits de alimentação e água. Especificamente, para os itens 4 e 5 dos Lotes I, II, III e IV, será exigida a apresentação de licença sanitária vigente, conforme os termos da Lei Federal nº 9.782/1999 (ANVISA) e do Decreto Estadual nº 20.786/1998, em especial os artigos 430 a 433, que disciplinam os procedimentos necessários à emissão do licenciamento sanitário. Os prazos e trâmites para emissão e validade da licença deverão seguir o estabelecido na Portaria SES/PE nº 650/2023.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DE DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006.

Ajustado com base na errata (Doc. SEI 80566781):

“4.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

4.1.1 O valor estimado global da contratação é de R\$ 672.014,11 (seiscentos e setenta e dois mil quatorze reais e onze centavos) , distribuídos nos seguintes lotes:

- a. Lote I – (ampla concorrência) - Valor estimado total de R\$ 66.108,25 (sessenta e seis mil cento e oito reais e vinte e cinco centavos);**
- b. Lote II – (ampla concorrência) - Valor estimado total de R\$ 78.793,35 (setenta e oito mil setecentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos);**
- c. Lote III – (ampla concorrência) - Valor estimado total de R\$ 136.999,80 (cento e trinta e seis mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos);**

d. Lote IV - (ampla concorrência) - Valor estimado total de R\$ 119.108,14 (cento e dezenove mil cento e oito reais e quatorze centavos);

e. Lote V – (ampla concorrência) - Valor estimado total R\$ 271.004,57 (duzentos e setenta e um mil quatro reais e cinquenta e sete centavos)”.

4.1.2 No preço total do objeto, deverá estar incluso todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4.1.3 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Programa de trabalho: 14.422.0459.4229.0112;

Unidade Orçamentária – UO: 00125;

Unidade Gestora Controladora – UGC: 110700;

Unidade Gestora Executora – UGE: 110701;

Natureza da despesa: 3.3.90;

Fonte de Recurso: 0500.

4.3 JUSTIFICATIVAS PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006

4.3.1. Em regra, contratação de serviços com itens ou lotes de valores estimados iguais ou inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta) mil reais devem ser objeto de licitações exclusivas para ME e EPP (cota exclusiva), nos termos do art.48, inciso I, da LC nº 123/2006.

Ajustado com base na errata (Doc. SEI 80566781):

“4.3.2 Excepcionalmente, o tratamento privilegiado destinado às ME e EPP pode ser afastado, diante de particularidades do caso concreto que impeçam a aplicação dos referidos benefícios, nas hipóteses elencadas nos incisos do art.49 da citada Lei Complementar nº 123/2006 e art. 9º do Decreto nº 45.140/2017.

4.3.3 O presente processo se enquadra no inciso III do art.49 da Lei Complementar nº123/2006 e inciso II do art.9º do Decreto nº 45.140/2017 citado(s) acima, uma vez que, diante das peculiaridades do caso em concreto, o tratamento diferenciado e simplificado para as micro empresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajoso para a administração pública, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, tendo em vista a natureza difusa do serviço.

4.3.4 Contudo, no caso específico dos Lotes I e II, embora o valor estimado esteja abaixo do referido limite, a adoção de cota exclusiva poderá comprometer a viabilidade da contratação, uma vez que, considerando a natureza e as exigências técnicas do serviço, há baixa oferta de fornecedores qualificados enquadrados como ME ou EPP. Essa limitação de competitividade aumenta significativamente o risco dos lotes restarem fracassados ou desertos, prejudicando o atendimento da demanda e podendo gerar atrasos na prestação do serviço ou necessidade de realização de novo procedimento licitatório, em descompasso com o princípio da continuidade do serviço público.

4.3.5 Assim, visando garantir a ampla competitividade, a segurança na contratação e a prestação adequada do serviço, opta-se, de forma excepcional e devidamente justificada, por não aplicar o regime de cota exclusiva para os Lotes I e II, tornando-o aberto à ampla concorrência, em conformidade como inciso III do art.49 da Lei Complementar nº 123/2006 e o inciso II do art. 9º do Decreto nº 45.140/2017.

4.3.6. Os lotes III, IV e V, serão ampla concorrência”.

5. DA LICITAÇÃO

5.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA

5.1.1 A licitação será processada da modalidade Pregão Eletrônico, tendo como critério de julgamento o Menor PREÇO GLOBAL POR LOTE.

5.1.2 O objeto será executado por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

5.1.3 O modo de disputa a ser utilizado é o aberto-fechado.

5.1.4 A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que amplia a concorrência e consequentemente favorece uma economicidade para o Estado.

5.2 PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.2 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data da abertura da sessão pública independente de declaração da licitante.

5.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.3.1.1. Para os Lotes I, II, III e IV, ato de autorização para o exercício da atividade de promoção de eventos culturais, artísticos e institucionais durante o durante os períodos de execução da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026, através de emissão do CADASTUR, pelo Ministério do Turismo, conforme art.30, §1º da Lei 11.771/08 art.42 do Decreto no 7.381/2010.

5.3.1.2. O cadastro junto ao Ministério do Turismo - CADASTUR não incidirá no serviço para o Lote V.

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.2.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.2.2.1 Para fins de comprovação dos Lotes I, II, III, IV, os atestados/certidões devem dizer respeito à prestação de serviços na realização de eventos.

5.3.2.2.2 Para fins de comprovação do Lote V, os atestados/certidões devem dizer respeito à prestação de serviços de Locação de veículos.

5.3.2.2.3 Para os Lotes I, II, III e IV, será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total de profissionais a serem contratados para a execução da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026:

Ajustado com base na errata (Doc. SEI 80510422):

a) 30% Número de profissionais contratados para o Lote I (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 78.

b) 30% Número de profissionais contratados para o Lote II (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 94.

c) 30% Número de profissionais contratados para o Lote III (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 161.

d) 30% Número de profissionais contratados para o Lote IV (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo de Referência), equivalente ao número de 139.

e) 30% Número de diárias para o Lote V (conforme item 2.2 e quadro de resumo deste Termo De Referência), equivalente ao número de 33.

5.3.2.2.4 Para o Lote V, será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 30% (trinta por cento) do

quantitativo total de diárias a serem contratados para campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval, Março e São João de 2026.

5.3.2.2.5 Para fins de aferição do percentual mínimo de 30% (trinta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.2.2.6 Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicada sem atestados/certidões, por ser uma alíquota razoável, que não impedirá a ampla concorrência, sendo limitado a 50%, (cinquenta por cento) conforme preconiza o art. 67, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e que comprovará as habilitações profissionais e experiências na execução do objeto em disputa, viabilizando a perfeita execução do contrato.

5.3.3 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.3.1 Comprovação do Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

6. DO CONTRATO

6.1 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

6.1.2 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.2.1 Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.2.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.3.1 As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

6.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

6.4.1 As obrigações da Contratada encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato anexa ao Edital da presente licitação.

6.5 PREVISÃO CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.5.1 Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas seguintes razões, a Administração Pública poderá, de forma discricionária, exigir a prestação de garantia para assegurar a fiel execução do contrato, observadas as características do objeto, os riscos envolvidos e o histórico de contratações similares.

6.5.2 A exigência de garantia pode acarretar custos adicionais aos licitantes, os quais tendem a ser repassados ao valor final da proposta, podendo reduzir a competitividade e elevar o custo global da contratação, especialmente quando o risco inerente é insignificante ou mitigado por outros meios contratuais de gestão.

6.5.3 A decisão de não exigir garantia neste certame atende aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, resguardando o interesse públicos em impor encargos desnecessários aos futuros contratados, favorecendo maior participação de potenciais fornecedores e mantendo a viabilidade econômica do contrato.

6.6 DA PERMISSÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

6.6.1. É permitida a subcontratação para os itens 4, 5, 6, 7 e 8 dos Lotes I, II, III e IV, referentes aos materiais gráficos, kit lanche, água e confecção dos vestuários, tendo em vista que se trata de prestação acessória, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, e que não equivale à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto. A permissão é concedida levando em consideração que empresas que atuam na área de promoção de eventos não necessariamente possuem expertise na área de serviços gráficos e alimentação formato kit lanche, podendo subcontratar, caso julgue necessário para atender o quantitativo indicado neste Termo de Referência.

6.7 DA SUBLOCAÇÃO

6.7.1 No que se refere ao lote V, em decorrência da proposição de se buscar ao certame ampla competitividade e considerando que os instrumentos negociais para tanto pertencem à área exclusivamente empresarial, será permitida a SUBLOCAÇÃO dos veículos, bastando que a contratada detenha a posse legítima e regular dos mesmos.

6.7.2 A contratada deverá responsabilizar-se pelos veículos SUBLOCADOS, mantendo-os sempre em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança e obedecendo as regras estabelecidas no Termo de Referência;

6.7.3 A CONTRATANTE não terá nenhuma associação com o proprietário dos veículos em caso de sublocação. Toda a relação contratual mantém-se com a contratada, inclusive pagamentos e aplicações das sanções contratualmente previstas, no caso de descumprimento de avença. A sublocação dos veículos ocorre sob inteira e exclusiva responsabilidade da contratada.

6.7.4 A CONTRATANTE não se responsabiliza por qualquer situação inerente à relação estabelecida entre Contratada e proprietário de veículos em decorrência da sublocação mencionada. Desta forma, não deverá ser submetido à Contratante qualquer pedido eventualmente formalizado pelo proprietário dos veículos nos casos de sublocação.

6.8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.8.1 As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame;

6.8.2 A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do e-mail da Diretora de Enfrentamento à Violência de Gênero, ewelin.cardoso@secmulher.pe.gov.br sem prejuízo de outros meios disponíveis;

6.8.3 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração na sede da SecMulher, Rua do Bom Jesus nº 9 Bairro do Recife – CEP: 50.030-170, setor da Diretoria de Enfrentamento à Violência de Gênero, no horário das 9h às 16h.

6.8.4 A gestão da presente contratação ficará a cargo da Diretoria de Enfrentamento à Violência de Gênero, conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021;

6.8.5 A fiscalização da presente contratação ficará a cargo da Diretoria de Enfrentamento à Violência de Gênero, conforme parâmetros definidos no Decreto Estadual nº 51.651/2021;

7. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

7.1 As disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

8. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

8.1 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

8.1.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

8.2 SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE CONTRATAÇÃO

8.2.1 As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A - Modelo de ordem de serviço

ANEXO B - Modelo de Proposta

ANEXO C- Quadro de Resumo

Ewelín Cristina de Albuquerque Cardoso
Diretora de Enfrentamento à Violência de Gênero
Matricula - 12383120/01

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD	27/06/2025
-----------------------------	------------

ANEXO A
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

(Utilizar **MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO** se adequar-se ao caso concreto)
(PAPEL TIMBRADO DA CONTRATANTE)

LOTE/ITEM _____

OS Nº:	____ / 20 ____			
CONTRATO Nº:	____ / 20 ____ (PROCESSO LICITATÓRIO: _____)			
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	De ____ / ____ / 20____ a ____ / ____ / 20____			
INÍCIO DA EXECUÇÃO:	____ / ____ / 20____			
PRAZO PARA EXECUÇÃO:	Informar o prazo e o item do contrato o qual se refere			
CONTRATANTE:	Informar o setor e o órgão/entidade responsável			
CONTRATADA:				
OBJETO:				
ITEM/LOTE	CÓDIGO E-FISCO	DESCRIÇÃO	QUANT.	
1		Informar as atividades e/ou referenciar os itens do TR os quais se referem		
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
	TOTAL			

Os serviços deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Recife, ____ de _____ de 20____.

Nome/Cargo/Matrícula do responsável do órgão/entidade

Representante legal da empresa

ANEXO B
MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do proponente)

(A proposta de preços poderá conter Detalhamentos e Planilhas Estimativas de Custos e Formação de Preços, conforme o caso concreto)

À
SECRETARIA _____
PROCESSO Nº _____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos e de acordo com a planilha abaixo detalhada:

Lote XX						
Item	Código E-Fisco	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Valor Unitário (B)	Valor Total (C) = (A) x (B)
1					R\$	R\$
2					R\$	R\$
3					R\$	R\$
4					R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____ dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração do licitante.

DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Recife, _____ de _____ de 202__.

Assinatura

Cargo

ANEXO C

QUADRO DE RESUMO

LOTE I - RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 155,68	228	R\$ 35.495,04
2	510407-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 300,00	23	R\$ 6.900,00
3	510682-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL- DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS	R\$ 500,00	9	R\$ 4.500,00
4	277457-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA	UNIDADES	R\$ 21,00	297	R\$ 6.237,00

			BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.				
5	58325 3-5	4454 84	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS,EM EMBALAGEM DE PLASTICO,DESCARTA VEL.	UNIDAD ES	R\$ 2,00	594	R\$ 1.188,0 0
6	29370 7-7	6021 90	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT0 ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDAD ES	R\$ 19,05	297	R\$ 5.657,8 5
7	35140 1-3	2255 1	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDAD ES	R\$ 9,88	297	R\$ 2.934,3 6
			MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO		R\$ 79,90		R\$ 3.196,0 0

8	59650 0 - 4	1842 2	DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE DIAMETRO, (TIPO PIRULITO),COM ZIPER,DUPLA FACE PERSONALIZADA	UNIDADES		40	
VALOR TOTAL LOTE I						R\$ 66.108,25	

LOTE II - REGIÕES DAS ZONAS DAS MATAS							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
9	5843 13-8	1459 1	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 155,68	263	R\$ 40.943,84
10	5104 07-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 300,00	48	R\$ 14.400,00
11	5106 82-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS	R\$ 500,00	3	R\$ 1.500,00

12	2774 57-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDA DES	R\$ 21,00	407	R\$ 47,00	8.5
13	5832 53-5	4454 84	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS,EM EMBALAGEM DE PLASTICO,DESCARTAVEL.	UNIDA DES	R\$ 2,00	814	R\$ 28,00	1.6
14	2937 07-7	6021 90	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT0 ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDA DES	R\$ 19,05	407	R\$ 53,35	7.7

15	3514 01-3	2255 1	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDA DES	R\$ 9,88	407	R\$ 21,16	4.0
VALOR TOTAL LOTE II							R\$ 78.793,35	

LOTE III - REGIÕES DOS AGRESTES							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
16	58431 3-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 155,68	453	R\$ 70.523,04
17	51040 7-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 300,00	78	R\$ 23.400,00

18	51068 2-6	6050	SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS	R\$ 500,00	7	R\$ 3.500,00
19	27745 7-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDADES	R\$ 21,00	682	R\$ 14.322,00
20	58325 3-5	44548 4	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS, EM EMBALAGEM DE PLASTICO, DESCARTAVEL.	UNIDADES	R\$ 2,00	1.364	R\$ 2.728,00
21	29370 7-7	60219 0	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT0 ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM, NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDADES	R\$ 19,05	682	R\$ 12.992,10

22	35140 1-3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDADE S	R\$ 9,88	682	R\$ 6.738,1 6
2 3	5965 00 - 4	184 22	MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE DIAMETRO, (TIPO PIRULITO),COM ZIPER,DUPLA FACE PERSONALIZADA	UNIDA DES	R\$ 79,90	35	R\$ 2.796, 50
VALOR TOTAL LOTE III						R\$ 136.999,80	

LOTE IV - REGIÃO DOS SERTÕES							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
24	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 155,68	394	R\$ 61.337,92
25	510407-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS	R\$ 300,00	63	R\$ 18.900,00
26	510682-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS	R\$ 500,00	7	R\$ 3.500,00
27	277457-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDADES	R\$ 21,00	604	R\$ 12.684,00
28	58325	4454	AGUA MINERAL	UNIDADE	R\$ 2,00	1.208	R\$

	3-5	84	NATURAL - SEM GAS,EM EMBALAGEM DE PLASTICO,DESCARTAVEL.	ES			2.416,00
29	293707-7	602190	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNTO ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDADES	R\$ 19,05	604	R\$ 11.506,20
30	351401-3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDADES	R\$ 9,88	604	R\$ 5.967,52
31	596500-4	18422	MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS	UNIDADES	R\$ 79,90	35	R\$ 2.796,50

			DE PS DE 39CM DE DIAMETRO, (TIPO PIRULITO),COM ZIPER,DUPLA FACE PERSONALIZADA				
VALOR TOTAL LOTE IV						R\$ 119.108,14	

LOTE V - TRANSPORTE							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
32	601004 - 0	25089	SERVICO DE LOCACAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS - PARA TRANSPORTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAS, TIPO VAN, POTENCIA MINIMA DE 140 CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMISSAO MANUAL, CAPACIDADE MINIMA PARA 16 PESSOAS, TRAVAS E VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD/MP3 PLAYER OU USB, AR CONDICIONADO, JANELAS LATERAIS, DIRECAO	DIÁRIAS	R\$ 700,00	113	R\$ 79.100,00

			ASSISTIDA,,COM MOTORISTA, COM COMBUSTÍVEL.				
33	49771 0 - 6	2508 9	SERVICO DE LOCACAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS - PARA TRANSPORTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAS, TIPO VAN, POTENCIA MINIMA DE 140 CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMIS SAO MANUAL, CAPACI DADE MINIMA PARA 16 PESSOAS, TRAVAS E VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD/MP3 PLAYER OU USB/MP3 PLAYER, AR CONDICIONADO, JANELAS LATERAIS, DIRECAO ASSISTIDA, COM MOTORISTA, POR QUILOMETRO RODADO.	QUILÔMET RO RODADO	R\$ 5,07	37.851	R\$ 191.904, 57
VALOR TOTAL LOTE V						R\$ 271.004,57	
VALOR TOTAL GLOBAL						R\$ 672.014,11	

ANEXO II DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA SECRETARIA DA MULHER E A EMPRESA XXXXXX, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2026, PROCESSO Nº 0062.2026.AC-69.PE.90038.SAD.SEMUL:

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA DA MULHER, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) . _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384, de 22.08.2022 e 54.142, de 14.12.2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** a prestação de serviços para **promoção de eventos culturais, artísticos e institucionais, incluindo a distribuição de material informativo, como parte da campanha de respeito e enfrentamento à violência contra as mulheres durante o Carnaval,**

Março e São João de 2026, abrangendo a Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, além de cidades do Agreste e Sertão de Pernambuco, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

LOTE I - RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		228	
2	510407-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		23	
3	510682-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL- DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS		9	
4	277457-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL,	UNIDADES		297	

			SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.				
5	58325 3-5	44548 4	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS, EM EMBALAGEM DE PLASTICO, DESCARTAVEL.	UNIDADES		594	
6	29370 7-7	60219 0	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNTO ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/OCOR NA FRENTE E COSTAS EM, NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDADES		297	
7	35140 1-3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDADES		297	

8	59650 0 - 4	18422	MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE DIAMETRO, (TIPO PIRULITO),COM ZIPER,DUPLA FACE PERSONALIZADA	UNIDAD ES		40	
VALOR TOTAL LOTE I							

LOTE II - REGIÕES DAS ZONAS DAS MATAS							
ITE M	CÓDI GO E- FISCO	CATS ER	DESCRIÇÃO	UNIDA DE	VALOR UNITÁ RIO MÁXI MO	QUANTID ADE	VALOR TOTAL
9	5843 13-8	1459 1	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIA S		263	
10	5104 07-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIA S		48	

11	5106 82-6	6050	SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIA S		3	
12	2774 57-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDA DES		407	
13	5832 53-5	4454 84	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS, EM EMBALAGEM DE PLASTICO, DESCARTÁVEL.	UNIDA DES		814	

14	2937 07-7	6021 90	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT0 ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDA DES		407	
15	3514 01-3	2255 1	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDA DES		407	R\$ 4.0 21,16
VALOR TOTAL LOTE II							

LOTE III - REGIÕES DOS AGRESTES							
ITE M	CÓDIG O E- FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁR IO MÁXIM	QUANTIDA DE	VALO R TOTA

					O		L
16	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		453	
17	510407-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		78	
18	510682-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS		7	
19	277457-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDADES		682	
20	583253-5	445484	ÁGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS, EM EMBALAGEM DE PLÁSTICO, DESCARTÁVEL.	UNIDADES		1.364	

21	293707 -7	60219 0	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT0 ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDADE S		682	
22	351401 -3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDADE S		682	
23	5965 00 - 4	184 22	MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO	UNIDAD ES		35	

			EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE DIAMETRO, (TIPO PIRULITO), COM ZIPER, DUPLA FACE PERSONALIZADA				
VALOR TOTAL LOTE III							

LOTE IV - REGIÃO DOS SERTÕES							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
24	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		394	
25	510407-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		63	
26	510682-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS		7	
			SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO			604	

27	27745 7-7	3697	TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDAD ES			
28	58325 3-5	44548 4	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS, EM EMBALAGEM DE PLASTICO, DESCARTÁVEL.	UNIDAD ES		1.208	
29	29370 7-7	60219 0	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNTO ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM, NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDAD ES		604	
30	35140 1-3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04	UNIDAD ES		604	

			CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.				
31	596500-4	18422	MOCHILA - DE NYLON 17L, NA COR PRETA, COM BASTÃO DE ALUMÍNIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSÃO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE DIÂMETRO, (TIPO PIRULITO), COM ZIPER, DUPLA FACE PERSONALIZADA	UNIDADES		35	
VALOR TOTAL LOTE IV							

LOTE V - TRANSPORTE							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
32	601004-0	25089	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS - PARA TRANSPORTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAS, TIPO VAN, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 CV, COMBUSTÍVEL DIESEL, TRANSMISSÃO MANUAL, CAPACID	DIÁRIAS		113	

			ADE MINIMA PARA 16 PESSOAS, TRAVAS E VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD/MP3 PLAYER OU USB, AR CONDICIONADO, JANELAS LATERAIS, DIRECAO ASSISTIDA,,COM MOTORISTA, COM COMBUSTÍVEL.				
33	49771 0 - 6	25089	SERVICO DE LOCACAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS - PARA TRANSPORTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAS, TIPO VAN, POTENCIA MINIMA DE 140 CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMISS AO MANUAL, CAPACID ADE MINIMA PARA 16 PESSOAS, TRAVAS E VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD/MP3 PLAYER OU USB/MP3 PLAYER, AR CONDICIONADO, JANELAS LATERAIS, DIRECAO ASSISTIDA, COM MOTORISTA, POR	QUILÔMET RO RODADO		37.851	

			QUILOMETRO RODADO.				
VALOR TOTAL LOTE V							
VALOR TOTAL GLOBAL							

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** para todos os fins de direito, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2026, PROCESSO Nº 0062.2026.AC-69.PE.0038.SAD.SEMUL**; e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de **12 meses**, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de execução do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso na prestação do serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é R\$ **XXXXX** (**indicar valor por extenso**), conforme detalhamento abaixo descrito:

LOTE I - RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		228	
2	510407-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		23	
3	510682-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL- DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS		9	
4	277457-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDADES		297	
5	58325	44548	AGUA MINERAL NATURAL - SEM	UNIDADE		594	

	3-5	4	GAS,EM EMBALAGEM DE PLASTICO,DESCARTA VEL.	ES			
6	29370 7-7	60219 0	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT0 ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDAD ES		297	
7	35140 1-3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDAD ES		297	
8	59650 0 - 4	18422	MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE	UNIDAD ES		40	

			DIAMETRO, (TIPO PIRULITO),COM ZIPER,DUPLA FACE PERSONALIZADA				
VALOR TOTAL LOTE I							

LOTE II - REGIÕES DAS ZONAS DAS MATAS							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
9	5843 13-8	1459 1	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		263	
10	5104 07-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		48	
11	5106 82-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS		3	
12	2774 57-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADES		407	

			DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.				
13	5832 53-5	4454 84	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS,EM EMBALAGEM DE PLASTICO,DESCAR TAVEL.	UNIDA DES		814	
14	2937 07-7	6021 90	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDA DES		407	
15	3514 01-3	2255 1	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM	UNIDA DES		407	R\$ 4.0 21,16

			SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.				
VALOR TOTAL LOTE II							

LOTE III - REGIÕES DOS AGRESTES							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
16	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		453	
17	510407-6	4375	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		78	
18	510682-6	6050	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS		7	
19	277457-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM	UNIDADES		682	

			INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.				
20	583253 -5	44548 4	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS, EM EMBALAGEM DE PLASTICO, DESCART AVEL.	UNIDADE S		1.364	
21	293707 -7	60219 0	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNT0 ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM 1/0COR NA FRENTE E COSTAS EM, NOS TAMANHOS P, M, G E GG	UNIDADE S		682	
22	351401 -3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES,	UNIDADE S		682	

			ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.				
23	596500 - 4	18422	MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE DIAMETRO, (TIPO PIRULITO),COM ZIPER,DUPLA FACE PERSONALIZADA	UNIDADES		35	
VALOR TOTAL LOTE III							

LOTE IV - REGIÃO DOS SERTÕES							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
24	584313-8	14591	SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO PROMOTOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS		394	
	51040		SERVIÇO DE			63	

25	7-6	4375	PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, DE NATUREZA EVENTUAL, DO TIPO COORDENADOR DE EVENTOS.	DIÁRIAS			
26	51068 2-6	6050	SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO DE NATUREZA EVENTUAL - DO TIPO FOTOGRAFO.	DIÁRIAS		7	
27	27745 7-7	3697	SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO - DO TIPO KIT DE LANCHE PRONTO, COM EMBALAGEM INDIVIDUAL DESCARTÁVEL, SENDO: UM BOLO, UM SANDUÍCHE, UM SALGADO DE FORNO E UMA BEBIDA, OU SEJA, SUCO OU REFRIGERANTE.	UNIDAD ES		604	
28	58325 3-5	44548 4	AGUA MINERAL NATURAL - SEM GAS,EM EMBALAGEM DE PLASTICO,DESCARTAVEL.	UNIDAD ES		1.208	
29	29370 7-7	60219 0	SERVICO DE CONFECCAO DE VESTUARIO EM GERAL - DO TIPO CAMISA, EM MALHA FIO 30, CEM POR CERNTA ALGODAO, GOLA CARECA, MANGA CURTA, COM IMPRESSAO EM	UNIDAD ES		604	

			1/OCOR NA FRENTE E COSTAS EM,NOS TAMANHOS P, M, G E GG				
30	35140 1-3	22551	BOLSA - EM ALGODÃO CRU, BOLSA ECOBAG, CONFORME LAYOUT, MEDINDO 30 X 40 CM, COM FECHAMENTO EM TORÇAL DE NYLON, IMPRESSÃO LOCALIZADA EM SERIGRAFIA COM 04 CORES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.	UNIDADES		604	
31	59650 0-4	18422	MOCHILA - DE NYLON 17L,NA COR PRETA,COM BASTAO DE ALUMINIO DE 80CM DE ALTURA, IMPRESSAO EM ADESIVO LEITOSO, FIXADO EM CHAPAS DE PS DE 39CM DE DIAMETRO, (TIPO PIRULITO),COM ZIPER,DUPLA FACE PERSONALIZADA	UNIDADES		35	
VALOR TOTAL LOTE IV							

LOTE V - TRANSPORTE							
ITEM	CÓDIGO E-FISCO	CATSE R	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

					O		
32	60100 4 - 0	25089	SERVICO DE LOCACAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS - PARA TRANSPORTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAS, TIPO VAN, POTENCIA MINIMA DE 140 CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMISS AO MANUAL, CAPACID ADE MINIMA PARA 16 PESSOAS, TRAVAS E VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD/MP3 PLAYER OU USB, AR CONDICIONADO, JANELAS LATERAIS, DIRECAO ASSISTIDA,, COM MOTORISTA, COM COMBUSTÍVEL.	DIÁRIAS		113	
33	49771 0 - 6	25089	SERVICO DE LOCACAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAS - PARA TRANSPORTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAS, TIPO VAN, POTENCIA MINIMA DE 140 CV, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMISS AO	QUILÔMET RO RODADO		37.851	

			MANUAL,CAPACIDADE MINIMA PARA 16 PESSOAS,TRAVAS E VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD/MP3 PLAYER OU USB/MP3 PLAYER,AR CONDICIONADO, JANELAS LATERAIS, DIRECAO ASSISTIDA,COM MOTORISTA, POR QUILOMETRO RODADO.				
VALOR TOTAL LOTE V							
VALOR TOTAL GLOBAL							

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo (Doc. SEI 79139844):

Programa de trabalho: 14.422.0459.4229.0112;

Unidade Orçamentária – UO: 00125;

Unidade Gestora Controladora – UGC: 110700;

Unidade Gestora Executora – UGE: 110701;

Natureza da despesa: 3.3.90;

Fonte de Recurso: 0500.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **28/01/2026 (Doc. SEI 80472374)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de eventuais atrasos imputados à **CONTRATADA**, não incidirá reajuste sobre o saldo de serviços previstos no cronograma físico-financeiro e não executados por culpa exclusiva da contratada.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** deverá pleitear o reajuste de preços mediante requerimento formal durante a vigência do **CONTRATO** e, nos contratos de vigência plurianual, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos termos do art. 5º, I, da Lei nº 17.555, de 2021, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUINTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro **CONTRATO**, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

I. Prestar à **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

II. Expedir ordem de serviço para o início da execução do **CONTRATO**, com a antecedência prevista no Termo de Referência ou, em sua ausência, observando prazo razoável para adoção das medidas iniciais a cargo da **CONTRATADA**;

III. Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, inclusive vícios e incorreções, para que sejam corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, através de fiscal especialmente designado para este fim;

V. Indicar, formalmente, o gestor do **CONTRATO** para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência e neste instrumento;

VI. Encaminhar à **CONTRATADA** os relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborados e assinados pelo fiscal do **CONTRATO**, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;

VII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos.

VIII. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado.

IX. Aplicar as sanções previstas na lei e neste **CONTRATO**;

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XI. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente **CONTRATO**, ressalvados os

requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

XII. Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento.

XIII. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a **CONTRATADA** cumprir todas as obrigações estipuladas neste **CONTRATO** e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

I. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, na quantidade, qualidade e tecnologia demandadas, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência;

II. Cumprir o cronograma de execução do **CONTRATO**;

III. Reparar, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo fixado pelo fiscal do **CONTRATO**, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

IV. Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévia da **CONTRATANTE**, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR, do memorial descritivo ou instrumento congênere;

V. Designar preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, o qual deverá disponibilizar endereço de e-mail válido e número de telefone móvel que permita contato imediato com o fiscal do **CONTRATO** de forma permanente;

- VI. Substituir o preposto designado se houver recusa motivada da **CONTRATANTE** quanto à anterior indicação;
- VII. Atender às determinações regulares do fiscal do **CONTRATO** ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;
- VIII. Relatar ao fiscal do **CONTRATO**, por escrito, toda e qualquer ocorrência anormal afeta à prestação dos serviços;
- IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;
- X. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do **CONTRATO**;
- XI. Comprovar, conforme o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XII. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto deste **CONTRATO**, com habilitação e conhecimento adequados;
- XIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIV. Não contratar, durante a vigência do **CONTRATO**, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do **CONTRATO**, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

XVI. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XIX. Realizar, conforme previsto no Termo de Referência, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da **CONTRATANTE**;

XX. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

XXI. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da CONTRATADA, na qualidade de OPERADORA:

I. Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE**;

II. Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo os padrões técnicos mínimos exigidos pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE**;

- III. Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do **CONTRATO** ou a **CONTRATANTE** está exposta;
- IV. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- V. Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à **CONTROLADORA/CONTRATANTE**, mediante solicitação;
- VI. Permitir a realização de auditorias da **CONTROLADORA/CONTRATANTE** e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- VII. Informar e obter a anuência prévia da **CONTROLADORA/CONTRATANTE** sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para o desenvolvimento das atividades objeto do **CONTRATO**;
- VIII. Apresentar à **CONTROLADORA/CONTRATANTE**, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;
- IX. Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE** e de obrigações perante Titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- X. Comunicar formalmente e de imediato à **CONTROLADORA/CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

- XI.** Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da **CONTROLADORA/CONTRATANTE**, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente **CONTRATO**;
- XII.** Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018;
- XIII.** Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços objeto deste **CONTRATO**;
- XIV.** Adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste **CONTRATO**, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;
- XV.** Responsabilizar-se por prejuízos causados à **CONTROLADORA/CONTRATANTE** em razão de coleta e tratamento inadequados dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente **CONTRATO**;
- XVI.** Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CONTROLADORA/CONTRATANTE**;
- XVII.** Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do **CONTRATO** ou após a satisfação da finalidade pretendida;
- XVIII.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- XIX.** Exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;
- XX.** Manter bancos de dados formados a partir deste **CONTRATO** administrativo em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, e em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações da **CONTRATANTE**, na qualidade de **CONTROLADORA**:

I. Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pela **OPERADORA/CONTRATADA**;

II. Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III. Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;

IV. Compartilhar com a **OPERADORA/CONTRATADA** as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;

V. Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;

VI. Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pela **OPERADORA/CONTRATADA**;

VII. Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com a **OPERADORA/CONTRATADA**, após o término do tratamento, exceto quando necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;

VIII. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança estabelecidas em sua Política de Privacidade, no processo de compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX (nome, matrícula e cargo)** como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do **CONTRATO** e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no **CONTRATO** e demais anexos do Edital;
- c) Reunir-se com o preposto da **CONTRATADA**, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do **CONTRATO**;
- d) Exigir da **CONTRATADA** o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste **CONTRATO**;
- e) Comunicar ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f) Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;
- g) Solicitar à **CONTRATADA** justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;

- h) Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela **CONTRATADA**, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- j) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATANTE** designa **XXXXXX (nome, matrícula e cargo)** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do **CONTRATO**;
- c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à **CONTRATADA**;
- d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, e atestadas pelo fiscal do **CONTRATO**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao final de cada período de faturamento, a **CONTRATADA** encaminhará relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores da parcela a ser paga, para efeito de medição pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do **CONTRATO** no prazo de **03(três) dias**, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do **CONTRATO** serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados.

PARÁGRAFO QUARTO: O fiscal indicará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que a **CONTRATADA**:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou tais recursos com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo exigidos por normas técnicas oficiais, às expensas da **CONTRATADA**, e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO: Até que sejam sanadas todas as eventuais pendências técnicas, o fiscal não deverá emitir o termo de Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO NONO: Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **03(três)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela fiscalização, com a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos de recebimento não correrão enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Sanadas as pendências e aplicadas eventuais glosas, a **CONTRATANTE** comunicará à **CONTRATADA** o valor aprovado pela fiscalização e gestão, autorizando a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A realização das glosas indicadas não prejudica a aplicação de sanções à **CONTRATADA** em virtude da inexecução dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto ou glosa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos serviços acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do **CONTRATO**, nas seguintes condições: **É permitida a subcontratação para os itens 4, 5, 6, 7 e 8 dos Lotes I, II, III e IV, referentes aos materiais gráficos,**

kit lanche, água e confecção dos vestuários, tendo em vista que se trata de prestação acessória, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, e que não equivale à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto. A permissão é concedida levando em consideração que empresas que atuam na área de promoção de eventos não necessariamente possuem expertise na área de serviços gráficos e alimentação formato kit lanche, podendo subcontratar, caso julgue necessário para atender o quantitativo indicado neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto: itens 4, 5, 6, 7 e 8 dos Lotes I, II, III e IV, referentes aos materiais gráficos, kit lanche, água e confecção dos vestuários.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe analisar os documentos de capacidade técnica da subcontratada, quando for o caso, e avaliar se ela cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação de pessoa jurídica, se esta ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do **CONTRATO**, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- I. ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- II. poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução contratual sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens V a X da **CLÁUSULA OITAVA** deste **CONTRATO** (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos II e III da **CLÁUSULA OITAVA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória,

a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de **R\$ 6.700,00 (seis mil, setecentos reais)** e o máximo de **R\$ 33.600,00 (trinta e três mil, seiscentos reais)**, a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXII da **CLÁUSULA OITAVA**.

III. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa inadimplida do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I da **CLÁUSULA OITAVA**, se a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos IV, XI e XVII da **CLÁUSULA OITAVA**;

V. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XIX e XX da **CLÁUSULA OITAVA**;

VI. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XVIII da **CLÁUSULA OITAVA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela/etapa do CONTRATO, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA OITAVA;

VIII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XXI da CLÁUSULA OITAVA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Todas as sanções previstas neste **CONTRATO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste **CONTRATO** poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**.

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do Contrato nº XXX;

comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do Contrato nº XXX;

estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO IV MODELO DE FOLHA DE ROSTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062.2026.AC-69.PE.90038.SAD.SEMUL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2026

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: **XX** minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **COMPRAS.GOV.BR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.gov.br/compras**

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada

para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO GUILHERME RANGEL DE CARVALHO**, Agente de Contratação e matrícula **4725085**, em 29/01/2026, às 11:00.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **8d330cdc-2ee4-4f9d-98c3-f7781151c919**
